

# ELIAS COM E PARA ALÉM DE FREUD: PROCESSOS DE CIVILIZAÇÃO NO DIÁLOGO ENTRE SOCIOLOGIA E PSICANÁLISE

Allyson de Andrade Perez

ELIAS, Norbert. *Au-delà de Freud: sociologie, psychologie, psychanalyse*. Paris: Éditions La Découverte, 2010. 215 p.

“Para além de Freud” é uma coletânea de artigos de diferentes momentos da trajetória do sociólogo alemão Norbert Elias, produzidos no período de 1950 a 1990. Com base num diálogo crítico com a psicanálise freudiana, o autor operacionaliza suas principais contribuições teóricas à sociologia, explorando diferentes temáticas. Os textos são, em geral, transcrições de aula inaugural e de conferências, à exceção do último, composto a partir de um manuscrito.

Elias propõe romper com tradições teóricas que chama de *fossilizadas* e que estão baseadas em conceitos estáticos e na separação radical entre indivíduo e sociedade, concebidos como entidades isoladas. Aciona, em contrapartida, um repertório de categorias dinâmicas, construídas no

sentido de uma maior institucionalização e autonomia da sociologia e fundadas na pesquisa empírica.

O debate com Freud se faz sentir durante toda a obra. Elias promove teses freudianas como, por exemplo, quando questiona a distinção ilusória entre psicologia individual e psicologia social e quando concebe o ser humano enquanto processo ou devir contínuo (“*O domínio da psicologia social*” e “*O conceito freudiano de sociedade e para-além*”); ou quando concebe a história como um processo de desenvolvimento cultural pelo deslocamento progressivo dos objetivos pulsionais ou, em outras palavras, o processo civilizador como um processo de colonização ou controle das pulsões (“*A civilização dos pais*”); ou, ainda, quando se

refere ao “eu” e ao “supereu” como instâncias psíquicas de autorregulação (“*O conceito freudiano de sociedade e para-além*”). Por outro lado, o autor também critica Freud, principalmente, conforme destaca Bernard Lahire em seu posfácio, pela noção de inconsciente como entidade a-histórica e por conceber o homem como um sistema fechado ou um *Homo clausus*.

No principal ensaio da obra, “*O conceito freudiano de sociedade e para-além*”, Elias afirma que Freud oferece um dos modelos mais realistas para explicar como os seres humanos, de seres totalmente sem limites, tornam-se capazes de auto-coação. Entretanto, para o autor, apesar de conceber o eu e o supereu como as funções autorreguladoras da psique, desenvolvidas no quadro das relações sociais da pessoa, Freud as conceberia como entidades estáticas, não afetadas pelas modificações no curso do desenvolvimento da sociedade humana. A perspectiva freudiana estaria centrada no indivíduo enquanto mundo fechado e, como consequência, a sociedade seria uma soma de indivíduos isolados. Freud teria concebido um modelo eminentemente sociológico do indivíduo (este como complexo multipolar) e um modelo eminentemente individualista da sociedade (como quando articula o conceito de *pai originário* que, sob os traços de uma pessoa individual, personifica o grupo social inteiro).

Para Freud, a regulação das pulsões seria um sintoma da submissão do indivíduo à sociedade, nunca uma condição da autonomia relativa deste em suas relações consigo mesmo e com os outros. Assim, Elias considera unilateral a perspectiva freudiana das formações sociais por ação da libido (*Eros*). A teoria social de Freud seria o produto de uma época obstinada em descobrir a origem da vida em socie-

dade, o que teria levado à construção de mitos, inclusive o mito freudiano das origens, fundado na ideia de uma violência sem limites do pai originário para com seus filhos como instigadora da fundação da cultura e sociedade. Elias critica a questão das origens como uma falsa questão; procura-se o início lá onde tudo leva a crer em um processo sem começo: as sociedades humanas provavelmente apenas evoluíram a partir das sociedades animais.

Seu viés sociológico inovador pode ser percebido na ideia de que os processos de civilização ou descivilização só se tornam visíveis se se comparam as sociedades umas às outras em diferentes estágios de seu desenvolvimento e diferentes gerações no desenvolvimento de uma mesma sociedade. Segundo Elias, à época de Freud, esse tipo de processo não intencional de longa duração talvez ultrapassasse o poder de imaginação das pessoas. A formação de uma consciência individual autopunitiva (por atos e também por pensamentos), que Freud teoriza, seria, para Elias, o sintoma de uma modificação na relação de forças entre a regulação por outrem e a autorregulação, em benefício desta última. Modificação situada no curso de um longo processo histórico.

A aprendizagem progressiva da auto-coação é tida como necessária para que os indivíduos vivam uns com os outros. Para Elias, as mudanças na estrutura psíquica estão inextricavelmente referidas às modificações relativas ao hábito social, como no caso da evolução da posição social das mulheres jovens não casadas de classes médias urbanas em certas sociedades europeias mais desenvolvidas, no curso do século XX: de uma estrita vigilância parental e de uma situação de forte repressão social de sua autonomia e de seus desejos, elas passaram a uma situação em que as

desigualdades, apesar de não terem desaparecido, diminuíram amplamente. Isso explicaria, por exemplo, a transformação na maneira de sintomatizar seu sofrimento psíquico, com a diminuição dos grandes ataques histéricos de convulsão entre as mulheres da burguesia ao longo do século XX. As mudanças sociais se efetivam no curso de um processo social não planejado, cego e sem objetivo, mas, a cada momento dado, direcional. Elias sugere, assim, que as transformações são, afinal, produtos inesperados de atividades humanas. Por outro lado, reconhece que a igualdade de votos, obtida pelas mulheres inglesas em 1919, não teria sido possível sem os esforços conscientes e deliberados do movimento feminista antes da I Guerra Mundial, embora não os aponte como o fator mais importante de igualdade progressiva das oportunidades sociais das mulheres. Uma distribuição mais igualitária das oportunidades de poder exigiu dos grupos sociais uma capacidade aumentada de autoação. Elias teoriza esse movimento como um impulso civilizador.

Numa revisão de seu trabalho mais célebre, "O processo civilizador", o autor afirma que, no curso de suas pesquisas, se deu conta de que os processos de civilização podem se referir tanto ao incremento quanto à diminuição das coações. O termo civilização é comparativo, já que a humanidade não conhece nenhum grau zero. A civilização é um processo intergeracional de longa duração, não planejado e não forçosamente sinônimo de progresso.

Para Elias, postular a autonomia total das estruturas inconscientes, como faz Freud, faz obstáculo à pesquisa das relações entre as estruturas sociais e as estruturas psíquicas. Elias propõe, então, uma reorientação processual de alguns conceitos freudianos

fundamentais, como os de repressão (embora este não seja propriamente psicanalítico) e recalque; inconsciente; eu e supereu.

Elias também recorre a sua teoria da civilização para explicar a mutação ocorrida na relação entre pais e filhos ao longo da história ("*A civilização dos pais*"). Dialoga com os autores Philippe Ariès (historiador que consagrou um trabalho à descoberta da infância entre os séculos XIV e XVI, atribuindo-lhe caráter histórico e de construção cultural) e Lloyd de Mause. Para Elias, as sociedades industriais modernas, diferentemente das anteriores, exigiriam das crianças e dos indivíduos em geral um grau mais elevado de antecipação e autocontrole. A descoberta das crianças, para Elias, é de fato a de sua autonomia relativa: elas passam a ser percebidas como um grupo social específico, particular, diferente do dos adultos.

Se, antes, as relações pais-filhos eram relações claras de dominação (os pais ordenavam e os filhos obedeciam), essa situação estaria sofrendo modificações, afirmando-se uma tendência de maior autonomia e margem de decisão dos filhos que em outros momentos históricos. A função que os filhos têm para os pais varia no curso do processo civilizatório e isso influencia em como os filhos são tratados. Isso permite compreender por que, até o séc. XVIII, muitas sociedades praticaram métodos aceitáveis de infanticídio, e a violência física foi amplamente utilizada como instrumento de educação das crianças, o que hoje geralmente nos aparece como intolerável. No curso do processo civilizatório, a expressão das pulsões nas relações entre pais e filhos, antes muito mais livre e espontânea, se submeteria a controles mais rigorosos atualmente: os filhos vão ganhando mais oportunidades de poder, na medida em que sua função para os pais se modifica. Elias

associa essa mudança ao advento do controle da natalidade, que não podia ser feito pelas sociedades anteriores, onde os pais tinham filhos “cegamente”.

Crítica Ariès, por trabalhar sem quadro teórico e idealizar a felicidade das crianças nas sociedades tradicionais, e De Mause, por se limitar a uma teoria puramente psicogenética, denunciando atrocidades do passado sem referências às transformações sociais (perspectiva sociogenética). Nas sociedades mais simples, o processo pelo qual as crianças são levadas da livre expressão de suas pulsões ao nível de regulação pulsional exigido pelas sociedades dos adultos, seria mais curto, simples, rápido e menos profundo. No curso do processo civilizador, poderíamos igualmente perceber um empuxo individualizante. O processo de transformação civilizadora do indivíduo vai se alongando e se tornando mais complexo. É assim que se instaura uma fase preparatória, sempre mais longa, entre a infância e a fase adulta e que ocorre uma desfuncionalização parcial dos pais com o advento da escola, que participa do processo de construção da autorregulação.

Outro aspecto de sua teoria é também abordado na presente obra, em particular no ensaio “*Sociologia e psiquiatria*”: o das lutas por reconhecimento. Aborda o tema a partir das dificuldades estruturais na cooperação entre as diferentes especialidades científicas. Elias enfatiza que o estatuto de uma ciência particular se relaciona estreitamente à quantidade de oportunidades de poder que seus representantes possuem. Numa referência implícita ao esquema estabelecido-*outsiders*, afirma que o surgimento de novas especialidades científicas produz ansiedade e insegurança quanto ao estatuto das disciplinas mais antigas e destaca as lutas por igualdade de estatuto e pela partilha de poder e de oportunidades.

O que produz as disputas é o fato de que cada grupo tende a tomar suas teorias por exaustivas e exclusivas, o que implica desvalorizar as explicações dos outros grupos.

Crítica o modelo reducionista da psiquiatria, quando, por exemplo, enfoca o paciente como indivíduo, relegando outras pessoas e grupos a um segundo plano, conforme a hipótese de uma divisão radical entre o “interior” e o “exterior”. Propõe uma ruptura com essas tradições teóricas para compreender a estrutura da personalidade individual, remetendo-a às condições de vida de uma determinada sociedade em dado momento histórico e às pressões sociais que os indivíduos sentem por estarem localizados em redes interdependentes de relações. Nossa sociedade, por exemplo, requereria um grau muito mais elevado de privatização das funções corporais e dos sentimentos que outras, sendo os indivíduos socialmente pressionados e intensivamente educados para isso. Cada indivíduo disporia de valências abertas a se conectar com as valências de outros indivíduos. Em dadas configurações, essas valências estariam firmemente ligadas e estáveis; em outras, elas continuariam abertas e mais disponíveis. Um problema comum à sociologia e à psiquiatria, então, seria o de considerar a relação entre a configuração pessoal de valências de cada indivíduo à disposição de outro e as configurações que essa sociedade, em virtude de sua estrutura de conjunto, exige que os indivíduos formem uns com os outros.

Dessa forma, nenhum evento na vida de um indivíduo seria em si mesmo causa de nenhum efeito, a não ser na medida em que modificasse uma configuração preexistente em que a pessoa estivesse inserida. Social e individual seriam níveis distintos, mas não separados e constituiriam um só e mesmo domínio para o autor.

Destaco, finalmente, a compreensão de Elias acerca das doenças psicossomáticas, tema aparentemente distante dos esforços das teorias sociológicas (“*Civilização e psicossomática*”). O autor parte do argumento de que, para a medicina psicossomática, os seres humanos são sempre idênticos a si mesmos. Critica essa ideia para afirmar que as doenças psicossomáticas ou os aspectos psicossomáticos de toda doença estão estreitamente ligados às mudanças que sobrevêm nas condições de vida sociopsicológicas. Aponta exemplos que mostram a forma pela qual a vida social de épocas passadas difere da de hoje, mostrando que os hábitos sociais não são em nada necessidades biológicas, mas efeitos das mudanças que afetam normas sociais. Da mesma forma, a modificação operada no uso da violência física, fato normal e comum em sociedades mais antigas, corresponde ao processo de monopolização de seu uso pelo Estado. À eficácia crescente do controle da violência no interior dos Estados corresponderia o aumento das capacidades de autocontrole e da sensibilidade das populações quanto aos atos de agressão, processo de pacificação que, no entanto, tem um preço para os indivíduos.

Elias compreende as desordens psicossomáticas como consequências individuais de mudanças que se processam em um nível social: a interdição crescente do uso da força física contra os outros, por exemplo, acarreta que o indivíduo volte sua violência contra si mesmo. Com isso, critica a utilização generalizada da noção freudiana de “instinto de agressividade” e a ideia de que os atos de agressão satisfariam uma necessidade humana universal. Refere-se às simulações de luta, a que dá o nome de “jogos”, como formas de controle da agressividade, vez que, nas sociedades atuais,

apareceriam como “mais civilizadas”. Trata-se de um caso de liberação controlada das emoções dentro da relação entre regulação social e autorregulação.

Admitindo a pertinência de várias das críticas esboçadas, entendo que Elias toma, às vezes, alguns conceitos psicanalíticos sem o aprofundamento e a complexidade que Freud lhes dá em suas teorizações. Por exemplo, quando entende a pulsão como uma força biológica do organismo no sentido de um instinto, uma expressão da animalidade do homem (“*A civilização dos pais*”) ou quando critica o conceito complexo de pulsão (e não instinto) de morte como a expressão de uma necessidade universal (“*Civilização e psicossomática*”). A pulsão para Freud não se confunde com o instinto animal (relembro que os termos em alemão são distintos: *Trieb* e *Instinkt*), sendo desde sempre já própria do ser humano enquanto social. Decorreria não de sua animalidade, mas do processo de desnaturação sofrido por ação da cultura e da linguagem. A pulsão de morte, por sua vez, se encarna principalmente na ação de um supereu cruel, instância esta forjada a partir das relações do sujeito com os outros em posição de autoridade. Elias também imputa a Freud ideias que lhe são, na verdade, projetadas, como a noção de que a vida em sociedade seria incompatível com a satisfação pulsional.

A obra, de leitura agradável e fluida, atesta o vigor intelectual de Norbert Elias e o potencial heurístico de seus conceitos para a compreensão de processos sociais bastante diversificados. São dignos de nota seus esforços para historicizar a psicanálise e seus conceitos e para fazer avançar uma compreensão do ser humano e de suas relações que imbricam o individual e o social como níveis diferentes de uma mesma realidade, referida a processos históricos de longa duração.

## **NOTA SOBRE O AUTOR**

**Allyson de Andrade Perez** é mestre em Ciências Sociais e doutorando pelo PPGSOC – UF-MA e psicanalista.

**Recebido em: 28/06/2013**

**Aprovado em: 24/04/2014**